

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
GCA/DIUC Nº 016/2020

1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO

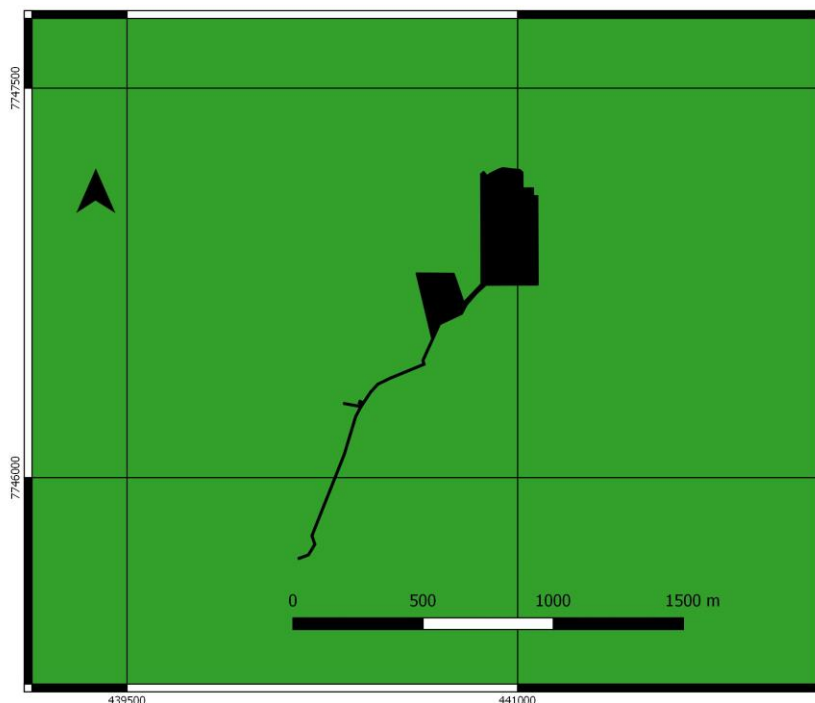
Empreendedor	/	Mineração Leal e Rosa Ltda.
Empreendimento		
CNPJ		19.958.883/0001-75
Município		Arcos
Nº PA COPAM		00393/1999/003/2011
Atividade - Código		Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento - A-02-05-4 Pilhas de Estéril/Rejeito - A-05-04-5 Obras de Infra estrutura - A-05-02-9
Classe		5
Licença Ambiental		LOC Nº 042/2011 Licença concedida pela URC COPAM Alto São Francisco em reunião do dia 18/08/2011
Condicionante de Compensação Ambiental	de	3 - Protocolar, na gerência de compensação ambiental/núcleo de compensação ambiental do Instituto de Estadual de Floresta – IEF, solicitação para abertura do processo para cumprimento da compensação ambiental de acordo com a Lei nº 9985/2000 e Decreto Estadual 45.175/2009. Obs: Para fins de emissão de licença subsequente a condicionante relativa a compensação ambiental somente será considerada cumprida após a assinatura do termo de compromisso de compensação ambiental e publicado seu extrato, conforme artigo 13 do referido decreto.
Estudo Ambiental		RCA, PCA
Valor Contábil Líquido do empreendimento (Dez/2010)		R\$ 455.259,75
Valor Contábil Líquido do empreendimento atualizado (Jan/2020)		R\$ 756.871,11
Valor do GI apurado		0,5000 %
Valor da Compensação Ambiental (GI x VCL) (Jan/2020)		R\$ 3.784,36

2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conforme Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o empreendimento localiza-se em área de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção. - O PUP do empreendimento cita espécies ameaçadas, por exemplo, <i>Myrmecophaga tridactyla</i> (tamanduá-bandeira). 	0,0750	0,0750	X
<p>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>O RCA/PCA, página 167, inclui a seguinte informação:</p> <p>[...]. A revegetação será feita através de hidrossemeadura e/ou semeadura manual de coquetel de sementes sobre os taludes da pilha e pátios. Sobre taludes da pilha poderão também ser implantados, além da hidrossemeadura, [...].</p> <p>Na adequação do taludes em corte e aterro, sabemos que a medida de revegetação tem como objetivo o restabelecimento das condições físicas e visuais da área afetada pela mineração. Sabemos que as espécies normalmente utilizadas são na maioria exóticas de grande poder germinativo.</p> <p>Trata-se de um impacto de difícil análise, considerando que grande parte das introduções ocorridas não foram deliberadas, mas acidentais. Ou seja, há uma incerteza em relação a invasão. De qualquer maneira, não podemos desconsiderar que, no caso do empreendimento em tela, a facilitação não está descartada. Portanto, este item será considerado para fins de cálculo do GI.</p>	0,0100	0,0100	X

Interferência /supressão de vegetação, acarretando fragmentação. <u>Razões para a marcação do item</u> - Empreendimento consta da área de aplicação da Lei Federal Nº 11.428/2006 (Mata Atlântica) (ver mapa abaixo). - O Bioma Mata Atlântica é um dos mais ameaçados do mundo, já estando atualmente bastante fragmentado. A grande quantidade de espécies ameaçadas e populações isoladas é um sinal dessa fragmentação. Portanto, qualquer supressão de vegetação nativa aumenta a fragmentação do referido Bioma. - Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o empreendimento gera o presente impacto, <u>no mínimo a interferência.</u> - Para o desenvolvimento/alteamento da Mineração Leal e Rosa Ltda. será necessária a supressão de 4,9 hectares de floresta estacional decidual em estágio inicial de regeneração e continuidade da lavra em 7,02 hectares de área minerada.	Ecossistemas especialmente protegidos	0,0500	0,0500	X
	Outros biomas	0,0450		

EMPREENDIMENTO E POLIGONO DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N° 11.428/2006



Legenda

- ADA
- Mata Atlântica (Lei Federal N° 11.428/2006)

Fonte:

ADA - Empreendedor (fl. 165 da pasta GCA/IEF N° 719).
Mata Atlântica (Lei Federal N° 11.428/2006) - IBGE (extraído do IDE/Sisema).

Sistema de Projeção UTM 23 S
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira
Gerência de Compensação
Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 31 de janeiro de
2020

Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos.

Razões para a marcação do item

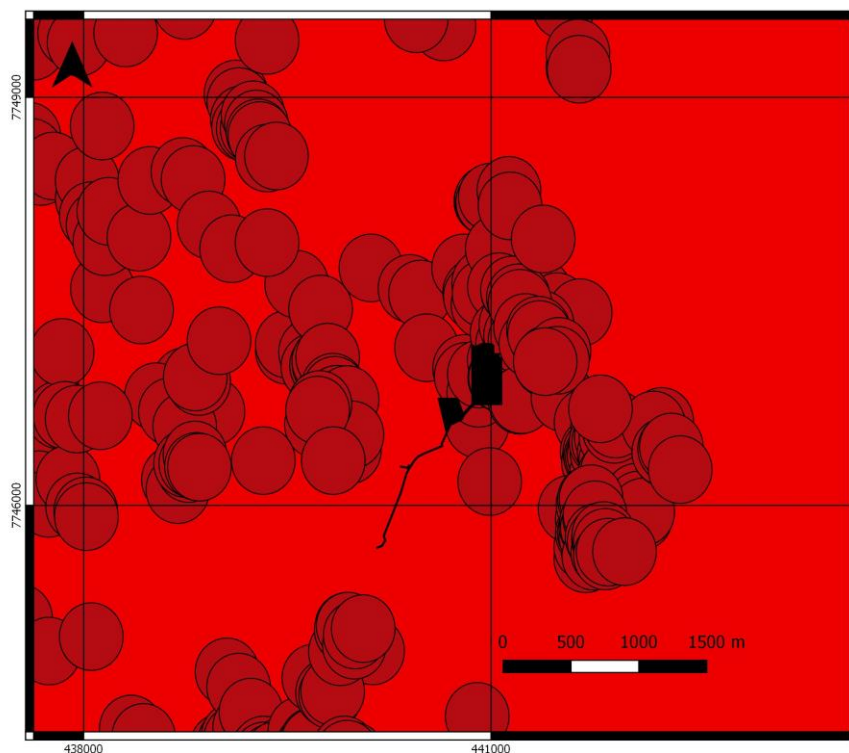
- Empreendimento localiza-se em área com potencialidade de ocorrência de cavidades muito alta, sendo que existem diversas cavidades identificadas para a área de influência (ver mapa).
- Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o empreendimento gera o presente impacto.

0,0250

0,0250

X

POTENCIALIDADE DE OCORRÊNCIA DE CAVERNAS



Legenda

- ADA
- Raio de proteção de cavidades
- Potencialidade de ocorrência de cavernas
- Muito Alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Ocorrência Improvável

Fonte:

ADA - Empreendedor (fl. 165 da pasta GCA/IEF N° 719).
Potencialidade de Ocorrência de Cavernas - CECVAV.

Sistema de Projeção UTM 23 S
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira
Gerência de Compensação Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2020

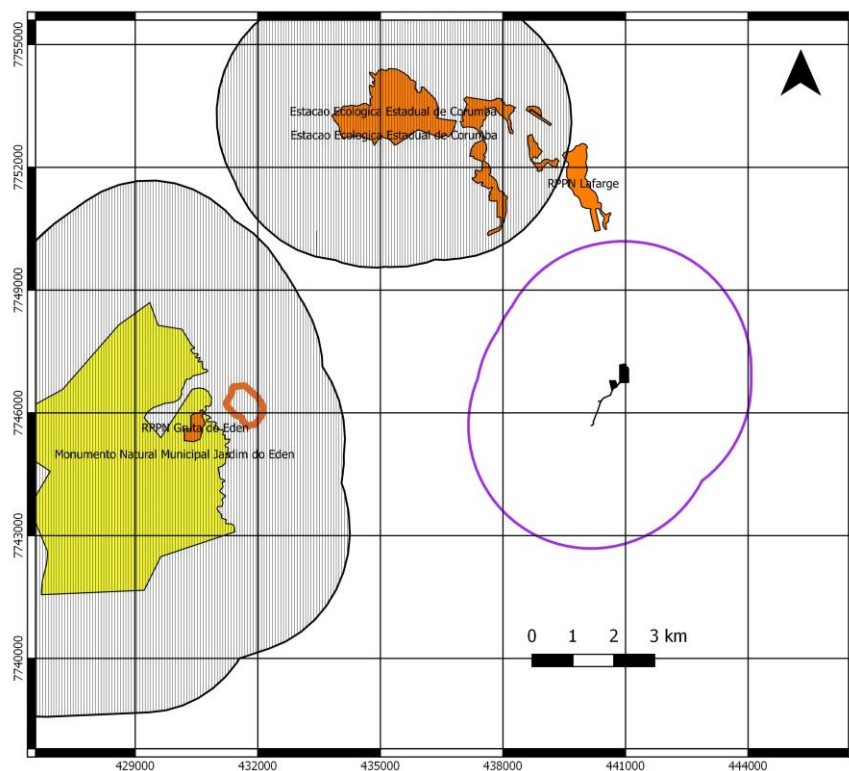
Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável.

Razões para a não marcação do item

Buffer de 3 km em torno do empreendimento (critério POA_2020) não intercepta UC de proteção integral (ver mapa).

0,1000

EMPREENDIMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Legenda

- ADA
- Buffer de 3 km
- UCs Municipais
- PAQM_Dona-ZIZA
- UCs Estaduais
- UCs Federais
- Zonas de Amortecimento e raios de 3 km

Fonte:

ADA, PAQM Dona Ziza - Empreendedor (fl. 165 da pasta GCA/IEF N° 719).
Ucs e Zonas de Amortecimento - IDE/Sisema.

Sistema de Projeção UTM 23 S
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira
Gerência de Compensação Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2020

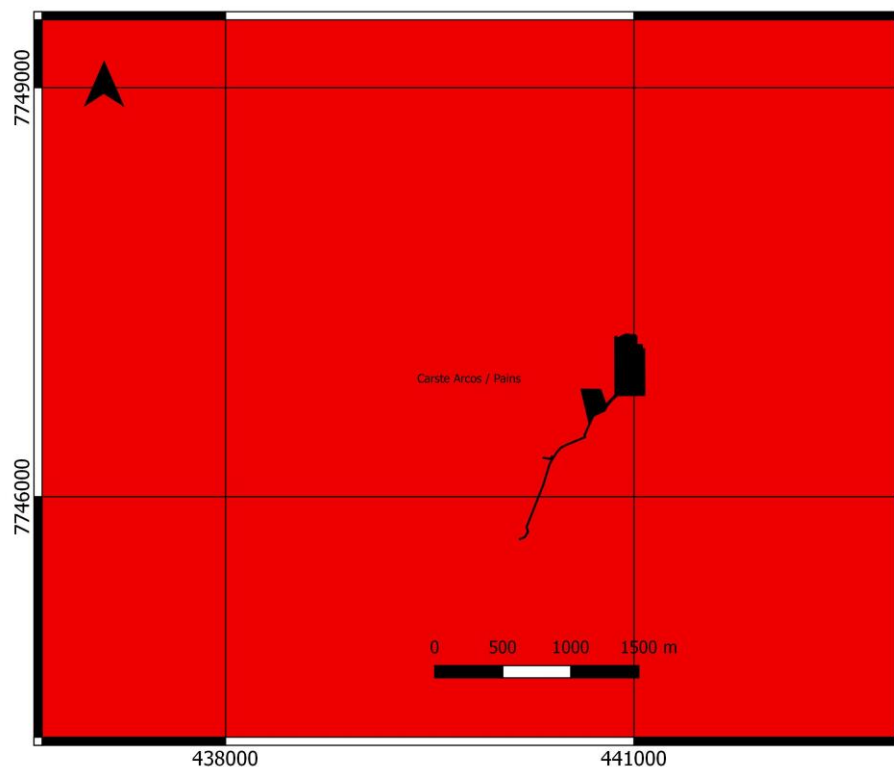
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”.

Razões para a marcação do item

Empreendimento localizado em área prioritária de importância biológica extrema (ver mapa).

Importância Biológica Especial	0,0500		
Importância Biológica Extrema	0,0450	0,0450	X
Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
Importância Biológica Alta	0,0350		

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO



Legenda

- ADA
- Áreas Prioritárias para Conservação
- ESPECIAL
- EXTREMA
- MUITO ALTA
- ALTA

Fonte:

ADA - Empreendedor (fl. 165 da pasta GCA/IEF N° 719).
Áreas prioritárias para conservação - IDE/Sisema.

Sistema de Projeção UTM 23 S
SIRGAS 2000

Thiago M. D. Pereira
Gerência de Compensação Ambiental/IEF

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2020

<p>Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item (ver Parecer Único SUPRAM ASF protocolo N° 0589950/2011, item 6; emissões de poeiras e gases na operação).</p>	0,0250	0,0250	X
<p>Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>De maneira geral, em empreendimentos minerários, cuja vegetação é suprimida, observa-se o aumento do fluxo de águas superficiais com consequente redução da infiltração de água no solo, o que implica em impactos também no lençol freático. A intensidade desse impacto cresce em função da área do empreendimento.</p>	0,0250	0,0250	X

<p>MATOS (2011)¹ destaca esses impactos com precisão, vejamos:</p> <p>[...]. As atividades de desmatamento [...], por exemplo, proporcionam aumento do escoamento superficial de águas pluviais e, por consequência, diminuição na recarga das águas subterrâneas, além de poder causar processos erosivos. Dessa forma, afeta também as águas superficiais pela diminuição da vazão de cursos d'água nos períodos secos, [...].</p> <p>A própria compactação sobre as superfícies de lavra, com a conseqüente redução de porosidade e permeabilidade, é fator que intensifica a concentração do fluxo de água.</p> <p>Os referidos impactos estão relacionados ao item Risco de Comprometimento de Mananciais do RCA (página 154).</p>			
<p>Transformação de ambiente lótico em lêntico.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>- Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o empreendimento não gera o presente impacto.</p>	0,0450		
<p>Interferência em paisagens notáveis.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>- Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o empreendimento gera o presente impacto.</p>	0,0300	0,0300	X
<p>Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM não deixam dúvidas de que o empreendimento prevê atividades que implicam na emissão de gases estufa (GEE), seja na implantação e/ou operação do empreendimento.</p>	0,0250	0,0250	X

¹ MATOS, A. T. de. **Poluição ambiental: impactos no meio físico**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011.

Aumento da erodibilidade do solo.	0,0300	0,0300	X
<u>Razões para a marcação do item</u>			
Os estudos ambientais e/ou pareceres da SUPRAM não deixam dúvidas da ocorrência deste impacto.			
Emissão de sons e ruídos residuais.	0,0100	0,0100	X
<u>Razões para a marcação do item</u>			
Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item. Além de afetar a saúde humana, esse tipo de impacto implica na geração de impactos na fauna, podendo causar o seu afastamento e até mesmo interferência em processos ecológicos.			
Somatório Relevância	0,6650		0,3500
Indicadores Ambientais			
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)			
<u>Razões para a marcação do item</u>			
<ul style="list-style-type: none"> - Os impactos ambientais tendem a ocorrer por prazo superior à vida útil de qualquer empreendimento. - Conforme apresentado no Parecer Único SUPRAM Alto São Francisco protocolo nº 0589950/2011, Anexo III, o fator temporalidade a ser aplicado para os impactos do empreendimento é o “duração longa”. 			
Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
Total Índice de Temporalidade	0,3000		0,1000
Índice de Abrangência			
<u>Razões para a marcação do item</u>			
Consta do RCA, página 33, que a área de influência indireta (AII) do empreendimento abrange os municípios de Arcos, Córrego Fundo e Pains, o que corrobora a regionalidade dos impactos do empreendimento. Destaca-se que existem porções desses municípios que estão a mais de 10 km do empreendimento.			
Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
Total Índice de Abrangência	0,0800		0,0500
Somatório FR+(FT+FA)			0,5000
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação		0,5000 %	

3- APLICAÇÃO DO RECURSO

3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor Contábil Líquido informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI, nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor Contábil Líquido do empreendimento (Dez/2010)	R\$ 455.259,75
Valor Contábil Líquido do empreendimento atualizado (Jan/2020)	R\$ 756.871,11
Taxa TJMG ²	1,6625039
Valor do GI apurado:	0,5000 %
Valor da Compensação Ambiental (GI x VCL) (Jan/2020)	R\$ 3.784,36

A Declaração de Valor Contábil Líquido é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, baseado na memória de cálculo e balanço patrimonial da empresa, sendo esses documentos de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sr. Clério José Mendonça. Na análise técnica para fins de elaboração do presente Parecer, não realizamos a conferência desses documentos.

O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) integrantes do VCL, bem como a checagem do teor das justificativas apresentadas. Apenas extraímos o VCL do empreendimento (R\$ 455.259,75), realizamos sua atualização com base no fator de atualização do TJMG (jan/2020) e utilizamos esse valor para a obtenção da compensação ambiental.

3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Empreendimento e Unidades de Conservação”, acima apresentado, o empreendimento não afeta Unidade de Conservação.

3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

De acordo com os critérios técnicos do POA/2020, “quando o valor total da compensação ambiental apurado pela GCA for igual ou inferior à R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e NÃO houver Unidade de Conservação afetada, o recurso será integralmente destinado à rubrica referente a Regularização Fundiária”.

Assim, obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020, este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição do recurso (referente à jan/2020)	
Regularização fundiária das Ucs	R\$ 3.784,36
Valor total da compensação - (referente à jan/2020):	R\$ 3.784,36

² Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de dez/2010 à jan/2020. Taxa: 1,6625039 – Fonte: TJ/MG.

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 719, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 00393/1999/003/2011 (LOC), que visa o cumprimento da condicionante nº 03 estabelecida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0589950/2011 (fls. 122), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com as declarações apresentadas pelo empreendedor às fls. 154 e 155, o empreendimento não afeta quaisquer unidade de conservação, o que foi corroborado pela

O empreendimento foi implantado antes de 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 160. Dessa forma, conforme inciso I, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:

I - para os empreendimentos implantados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor contábil líquido, excluídas as reavaliações, ou na falta deste, o valor de investimento apresentado pelo representante legal do empreendimento; e.

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da devida Certidão de Regularidade Profissional, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº 45.629/2011.

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade

com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020

Thiago Magno Dias Pereira
Gestor Ambiental
MASP: 1.155.282-5

Elaine Cristina Amaral Bessa
Analista Ambiental
MASP 1.170.271-9

De acordo:

Renata Lacerda Denucci
Gerente da Compensação Ambiental
MASP: 1.182.748-2